

Demonstrações Financeiras

Rosal Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	2
AMBIENTE REGULATÓRIO	2
INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO	3
DESEMPENHO ECONÔMICO	3
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	5
SEGURANÇA DE BARRAGENS	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	44
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	45
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	45
2. BASE DE PREPARAÇÃO	46
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	48
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	49
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	49
6. DEPÓSITOS JUDICIAIS	50
7. IMOBILIZADO	50
8. INTANGÍVEL	52
9. FORNECEDORES	54
10. PROVISÕES.....	54
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	55
12. ENCARGOS REGULATÓRIOS	56
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56
14. RECEITA LÍQUIDA	59
15. CUSTOS E DESESAS	60
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	61
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	61
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	64
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	66
PARECER DO CONSELHO FISCAL	42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Rosal Energia S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A ROSAL ENERGIA

A Rosal Energia S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, subsolo 1, Sala 8, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a geração e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética. A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001. Possui capacidade instalada de 55 MW e volume de geração de 290.570 MWh.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é de R\$46.944 mil, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados apresentaram: Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo). Essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025)

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$ 300/MWh e, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (*Generation Scaling Factor*) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior valor verificado em janeiro (1,13) e o menor valor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 27 de março de 2025, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2025 a fevereiro de 2026. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,91% (7,56% em 2024).

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Rosal Energia realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$3.002 mil. Desse montante destaca-se a conclusão da obra de estabilização da encosta direita a jusante da barragem da usina.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do Exercício

A Companhia apurou um lucro líquido do exercício de R\$20.110 mil em 2025, em comparação ao resultado de R\$23.164 mil em 2024, apresentando uma redução de 13,18%.

Receita Operacional

A receita bruta de fornecimento de energia elétrica foi de R\$68.468 mil em 2025, comparada a R\$63.667 mil em 2024, que representa um aumento de 4,40%.

Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$30.399 mil em 2025, comparado a R\$25.347 mil em 2024, representando um aumento de 19,93%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento do custo de energia elétrica comprada para revenda.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2025 foi de R\$4.367 mil, comparado a R\$3.101 mil em 2024, representando um aumento de 40,83%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento da renda de aplicação financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025, a Companhia apurou o montante de R\$3.314 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando uma alíquota efetiva de 14,15% em relação ao lucro de R\$23.424 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$2.680 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando uma alíquota efetiva de 10,37% em relação ao lucro de R\$25.844 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização – LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

	2025	2024	Var. %
Resultado Líquido	20.110	23.164	(13,18)
Despesa de IR e CS	3.314	2.680	23,66
Resultado Financeiro	(4.367)	(3.101)	40,83
Depreciação	5.231	5.135	1,87
LAJIDA⁽¹⁾	24.288	27.878	(12,88)

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

	2025	2024
Receita Líquida	49.456	48.090
LAJIDA	24.288	27.878
Margem LAJIDA - %	49,11%	57,97%

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2026, a seguinte destinação do Lucro Líquido de 2025, no montante de R\$20.110 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.051 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2025:

- R\$8.000 mil distribuídos como dividendos intermediários pagos;
- R\$3.081 mil referente aos dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$11.080 mil como dividendos adicionais propostos.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;

- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Cíveis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022(Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças

municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Rosal Energia S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rosal Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rosal Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)
ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de Caixa	3	1.658	869
Títulos e Valores Mobiliários	4	11.443	1.504
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5	12.148	12.757
Tributos Compensáveis		359	289
Outros Ativos		493	453
TOTAL DO CIRCULANTE		26.101	15.872
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	567
Tributos Compensáveis		771	660
Depósitos Judiciais	6	539	547
Imobilizado	7	93.019	94.617
Intangível	8	6.466	7.074
Outros Ativos		150	203
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		100.945	103.668
ATIVO TOTAL		127.046	119.540

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de Reais)
PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	5.399	3.838
Obrigações Sociais e Trabalhistas		755	727
Impostos, Taxas e Contribuições	11	1.632	1.872
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	349	176
Encargos Regulatórios	12	1.503	1.059
Dividendos a Pagar	13	3.081	2.608
Convênio de Compartilhamento	18	266	213
Outras Obrigações		131	103
TOTAL DO CIRCULANTE		13.116	10.596
NÃO CIRCULANTE			
Encargos Regulatórios	12	-	1.548
Impostos, Taxas e Contribuições	11	764	652
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17	279	232
Provisões	10	103	94
Outras Obrigações		114	169
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.260	2.695
TOTAL DO PASSIVO		14.376	13.291
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	13		
Capital Social		46.944	46.944
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		35.097	37.148
Reserva de Capital		160	160
Adiantamento para futuro aumento de capital		10.000	-
Reservas de Lucros		20.469	21.997
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		112.670	106.249
PASSIVO TOTAL		127.046	119.540

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	14	49.456	48.090
CUSTOS	15		
Custos com Energia Elétrica		(14.503)	(11.296)
Custos de Operação		(14.341)	(12.613)
		(28.844)	(23.909)
LUCRO BRUTO		20.612	24.181
DESPESAS	15		
Despesas Gerais e Administrativas		(563)	(546)
Outras Despesas		(992)	(892)
		(1.555)	(1.438)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		19.057	22.743
Receitas Financeiras	16	4.557	3.274
Despesas Financeiras	16	(190)	(173)
		4.367	3.101
Resultado Antes dos Impostos		23.424	25.844
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	17c	(3.267)	(2.729)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17c	(47)	49
RESULTADO DO EXERCÍCIO		20.110	23.164

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO PERÍODO	20.110	23.164
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	20.110	23.164

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento do capital	Reserva de Capital	Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	46.944	-	160	39.200	9.389	14.945	-	110.638
Pagamento dividendos adicionais 2023	-	-	-	-	-	(14.945)	-	(14.945)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	23.164	23.164
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	-	(2.052)	-	-	2.052	-
Dividendos Intermediários 2024	-	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Destinação do resultado proposta à AGO:								
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(2.608)	(2.608)
Reserva especial	-	-	-	-	-	12.608	(12.608)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	46.944	-	160	37.148	9.389	12.608	-	106.249
Pagamento de reserva especial	-	-	-	-	-	(12.608)	-	(12.608)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	20.110	20.110
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	-	(2.051)	-	-	2.051	-
Dividendos Intermediários 2025	-	-	-	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Adiantamento para futuro aumento do capital	-	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Destinação do resultado proposta à AGO:								
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(3.081)	(3.081)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	11.080	(11.080)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	46.944	10.000	160	35.097	9.389	11.080	-	112.670

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	20.110	23.164
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização (Nota 15)	5.231	5.135
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 17)	3.314	2.680
Variação monetária de depósitos judiciais	(8)	(4)
Provisões (Nota 10)	17	9
Juros sobre arrendamentos	14	18
Baixa imobilizado	(23)	4
Rendas de aplicação financeira	(2.745)	(1.740)
	25.910	29.266
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	609	(5.521)
Tributos Compensáveis	(776)	(1.417)
Depósitos Judiciais (Nota 6)	16	-
Outros ativos	13	(17)
	(138)	(6.955)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores (Nota 9)	1.561	2.012
Obrigações sociais e trabalhistas	28	25
Tributos	(128)	1.108
Encargos Regulatórios (Nota 12)	(1.104)	474
Convênio de Compartilhamento	53	(42)
Outras obrigações	(49)	(115)
	361	3.462
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	26.133	25.773
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.499)	(1.575)
Juros resgatados em títulos e valores mobiliários	2.556	1.727
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	26.190	25.925
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(98.548)	(46.462)
Resgate de títulos e valores mobiliários	89.365	50.593
Imobilizado e intangível	(3.002)	(5.461)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(12.185)	(1.330)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(23.216)	(26.689)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.000	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(13.216)	(26.689)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	789	(2.094)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	869	2.963
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.658	869
	789	(2.094)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rosal Energia S.A. (“Companhia” ou “Rosal”), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, sediada em Belo Horizonte – MG e tem por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Rosal (“UHE Rosal”). A Companhia tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A UHE Rosal está localizada nos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e São José do Calçado e Guaçuí, no Estado do Espírito Santo. O Contrato de Concessão para Geração e Transmissão de Energia Elétrica nº 001/97 foi assinado em 08 de maio de 1997, com prazo de duração da concessão para exploração de 35 anos.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a Rosal, o prazo de extensão foi de 1.314 dias, com novo fim da concessão previsto para 13/12/2035. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 13 de abril de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme detalhado na nota explicativa 19.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 14 – Receita (reconhecimento do fornecimento não faturado de Energia Elétrica); e
- Nota 19 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
<p>CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.</p>	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
<p>OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na origem e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.</p>	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.5 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
<p>CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.</p>	01/01/2026
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
<p>CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.</p>	01/01/2026
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
<p>CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.</p>	01/01/2027

A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas IFRS.

01/01/2027

A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Contas bancárias					
				593	198
Aplicações Financeiras					
Overnight (1)	Pré- fixada	14,6% a 14,9%	11,91% a 12,15%	1.065	671
TOTAL				1.658	869

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as práticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a %		2025	2024
		2025	2024		
Circulante					
Letras financeiras bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	9.986	1.178
Debêntures	CDI	TR + 1% a 109,88%	TR + 1% a 122,90%	142	21
Letras financeiras do tesouro - LFTs	Selic	15,11% a 15,12%	12,41% a 12,45%	1.315	305
				11.443	1.504
Não Circulante					
Letras financeiras bancos - LFs	CDI	-	104,2% a 112,0%	-	567
				-	567
				11.443	2.071

As práticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Saldos Vencidos	Total	
	Não Faturado	Até 90 dias	2025	2024
Fornecimento Industrial	-	8.223	8.223	8.958
Fornecimento Não Faturado	3.925	-	3.925	3.439
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	360
Total	3.925	8.223	12.148	12.757

Não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada de créditos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19.

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Depósitos judiciais		
Fiscais	133	133
Trabalhistas	379	389
Outras	27	25
Total	539	547

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual depreciação (%)	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Terrenos	2,35	3.781	-	3.781	3.781	-	3.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2,08	85.923	(46.847)	39.076	85.923	(45.057)	40.866
Edificações, obras civis, benfeitorias	2,35	32.607	(19.119)	13.488	32.439	(18.384)	14.055
Máquinas e equipamentos	3,29	64.820	(37.535)	27.285	63.891	(35.523)	28.368
Veículos	-	89	(89)	-	89	(89)	-
Móveis e utensílios	6,25	52	(49)	3	52	(48)	4
		187.272	(103.639)	83.633	186.175	(99.101)	87.074
Em curso		9.386	-	9.386	7.543	-	7.543
Total	2,60	196.658	(103.639)	93.019	193.718	(99.101)	94.617

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Valor bruto em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço							
Terrenos	3.781	-	-	-	3.781	-	3.781
Reservatórios, barragens e adutoras	85.923	-	-	-	85.923	(46.847)	39.076
Edificações, obras civis, benfeitorias	32.439	-	(62)	230	32.607	(19.119)	13.488
Máquinas e equipamentos	63.891	-	-	929	64.820	(37.535)	27.285
Veículos	89	-	-	-	89	(89)	-
Móveis e utensílios	52	-	-	-	52	(49)	3
	186.175	-	(62)	1.159	187.272	(103.639)	83.633
Em curso	7.543	3.002	-	(1.159)	9.386	-	9.386
Total do Imobilizado	193.718	3.002	(62)	-	196.658	(103.639)	93.019

	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2024
Em Serviço	181.934	-	(4)	4.246	186.176	4	(99.101)	87.075
Terrenos	3.781	-	-	-	3.781	-	-	3.781
Obras Civis, Benfeitorias e Edificações	32.439	-	-	-	32.439	-	(18.384)	14.055
Reservatórios, Barragens e Adutoras	85.923	-	-	-	85.923	-	(45.057)	40.866
Máquinas e Equipamentos	59.650	-	(4)	4.246	63.892	4	(35.523)	28.369
Veículos	89	-	-	-	89	-	(89)	-
Móveis Utensílios	52	-	-	-	52	-	(48)	4
Em Curso	6.327	5.461	-	(4.246)	7.542	5.461	-	7.542
Total	188.261	5.461	(4)	-	193.718	5.465	(99.101)	94.617

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

Ao final da concessão, os ativos serão revertidos ao Poder Concedente. Os valores correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia, não relacionados ao projeto básico e ainda não depreciados até o término da concessão, serão objeto de indenização, cuja metodologia de mensuração dos ativos e a forma de indenização será definida pela Aneel quando do término da concessão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, limitadas ao período da concessão, são revisadas anualmente pela Administração. A taxa média de depreciação em 2025 é de 2,60% (2,50% em 2024).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. A vida útil econômica desses ativos é determinada de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

8. INTANGÍVEL

	Taxa média anual amortização (%)	2025			2024		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Extensão da concessão - GSF	6,82	8.900	(2.733)	6.167	8.900	(2.125)	6.775
Servidão	-	299	-	299	299	-	299
		9.199	(2.733)	6.466	9.199	(2.125)	7.074
Total	6,82	9.199	(2.733)	6.466	9.199	(2.125)	7.074

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Valor bruto em 31/12/2025	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço				
Extensão da concessão - GSF	8.900	8.900	(2.733)	6.167
Servidão	299	299	-	299
	9.199	9.199	(2.733)	6.466
Total do Intangível	9.199	9.199	(2.733)	6.466

	Valor Bruto em 31/12/2023	Valor Bruto em 31/12/2024	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024
Em serviço				
Custo histórico - Servidão	299	299	-	299
Ativos da Concessão - GSF	8.900	8.900	(2.125)	6.775
Total	9.199	9.199	(2.125)	7.074

O ativo intangível de servidão refere-se ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão e, portanto, não é amortizado.

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo

prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

9. FORNECEDORES

	2025	2024
Circulante		
Operação e Manutenção de Usina	3.829	3.688
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	12	16
Suprimento de energia elétrica	1.558	134
Total	5.399	3.838

10. PROVISÕES

	2025	2024
Provisões		
Ambientais	103	94
	103	94

A movimentação é como segue:

	31/12/2024	Adições	Liquidações	31/12/2025
Trabalhistas	-	8	(8)	-
Ambientais	94	9	-	103
	94	17	(8)	103

	31/12/2023	Adições	Liquidações	31/12/2024
Ambientais	85	9	-	94
	85	9	-	94

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia provisionou processo de natureza ambiental, no montante de R\$103 (R\$94 em 31 de dezembro de 2024), a qual discute a autuação quanto ao suposto não atendimento de notificações provenientes de entidades ambientais competentes. Adicionalmente, possui passivo contingente relacionado a processo de natureza patrimonial, no montante de R\$270 (R\$246 em 31 de dezembro de 2024), que se refere à constituição de faixa de servidão para passagem de linha de transmissão.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Política contábil

As provisões são reconhecidas pela companhia quando: (i) há uma obrigação presente resultante de evento passado; (ii) é mais provável que sim do que não de que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Estimativas e julgamentos

Os valores são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; e (iii) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
PASEP	26	30
COFINS	119	139
ICMS	859	1.006
INSS	258	271
ISS	303	373
Outros	67	53
	1.632	1.872
Não circulante		
COFINS	628	536
PASEP	136	116
	764	652
Total	2.396	2.524

12. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2025	2024
Passivo Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	607	431
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	29	13
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME	16	16
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	470	549
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	340	9
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	32	32
CDE sobre P&D	9	9
	1.503	1.059
Passivo Não Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	1.548
	-	1.548
Total	1.503	2.607

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

A movimentação dos saldos para as contas de Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Pesquisa Expansão do Sistema Energético e Pesquisa e Desenvolvimento são conforme segue:

	FNDCT	MME	P&D
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28	14	1279
Adições	192	96	135
Pagamentos	(188)	(94)	-
Investimentos	-	-	(2)
Atualização financeira	-	-	145
Saldo em 31 de dezembro de 2024	32	16	1.557
Adições	198	99	138
Pagamentos	(198)	(99)	-
Investimentos	-	-	(1.494)
Atualização financeira	-	-	138
Saldo em 31 de dezembro de 2025	32	16	339

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$46.944, constituído por 46.944.467 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2025 a Cemig GT realizou adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$10.000, com a finalidade de realização de investimentos, conforme proposta de deliberação nº122/2025.

b) Reservas

Reservas de Lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2025	2024
Reserva Legal	9.389	9.389
Dividendos adicionais	11.080	-
Reserva especial	-	12.608
TOTAL	20.469	21.997

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu Reserva Legal em 2025, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro societário do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	20.110	23.164
Realização do custo atribuído	2.051	2.052
	22.161	25.216
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	3.081	2.608
Dividendos intermediários pagos	8.000	10.000
Reserva especial	-	12.608
Dividendos Adicionais Propostos	11.080	-
Total dos Dividendos	22.161	25.216

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.148
Realização do custo atribuído	(2.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	35.097

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

e) Destinação do Resultado de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2026, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2025, no montante de R\$20.110, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.051, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2025:

- R\$8.000 distribuídos como dividendos intermediários pagos;
- R\$3.081 referente aos dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$11.080 como dividendos adicionais propostos.

f) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.608
Proposta de dividendos adicionais ref. 2024	12.608
Constituição de dividendos intercalares ref. 2025	8.000
Pagamento de dividendos	(23.216)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2025	3.081
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.081

14. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Receita Bruta de Energia Elétrica (a)	66.468	63.667
Deduções à Receita Operacional (b)	(17.012)	(15.577)
Receita Operacional Líquida	49.456	48.090

a) Receita bruta de energia elétrica

	2025	2024
Fornecimento Faturado – Industrial	63.647	61.587
Fornecimento Não Faturado	4.405	3.519
Suprimento a Outras Concessionárias	-	520
(-) Reversão Receita não faturada ano anterior	(3.999)	(3.670)
Transações com Energia na CCEE	2.415	1.711
Total	66.468	63.667

b) Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

	2025	2024
COFINS	1.657	845
PASEP	359	183
ICMS	11.238	10.892
Reserva Global de Reversão – RGR	979	1.121
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	138	135
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	198	192
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	99	96
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	257	126
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	2.028	1.929
CDE sobre P&D	59	58
	17.012	15.577

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

Fornecimento Bruto de Energia

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

15. CUSTOS E DESEAS

A composição dos custos e despesas é conforme segue:

Custos com energia elétrica

	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda ⁽¹⁾	9.482	6.296
Encargos de distribuição	5.021	5.000
	14.503	11.296

(1) Em 2025 a compra de energia aumentou, principalmente no período em que na curva de sazonalização o PLD estava mais alto, elevando, dessa forma, o valor da energia.

Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Materiais	703	515	-	-	703	515
Serviços de Terceiros	6.319	4.822	894	748	7.213	5.570
Provisões	17	9	-	-	17	9
Depreciação	5.231	5.135	-	-	5.231	5.135
Pessoal	2.066	2.127	556	546	2.622	2.673
Outros Custos e despesas	5	5	105	144	110	149
Totais	14.341	12.613	1.555	1.438	15.896	14.051

a) Serviços de terceiros

	2025	2024
Manutenção e Conservação de Instalações ⁽¹⁾	3.082	2.437
Conservação e Limpeza de Prédios	654	555
Meio Ambiente ⁽²⁾	2.158	1.699
Comunicação	289	306
Auditoria externa	38	56
Tecnologia da Informação	147	121
Limpeza de faixa	150	-
Outros	695	396
	7.213	5.570

(1) O aumento se refere ao acionamento do contrato de manutenção em transformadores.

(2) Em 2025 o contrato de Serviços Ambientais foi relicitado, e ocorreu um aumento no valor do contrato. Este contrato atende grande parte dos programas de monitoramento na Usina Rosal.

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	2.763	1.744
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	1.734	1.137
Variação monetária de depósitos judiciais	9	4
Variação Monetária de créditos tributários	8	7
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	24	347
Outras Receitas Financeiras	19	35
	4.557	3.274
Despesas Financeiras		
Variação Monetária	(138)	(144)
Outras Despesas Financeiras	(52)	(29)
	(190)	(173)
Resultado Financeiro	4.367	3.101

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

	2025	2024
Circulante		
Imposto de Renda	136	68
Contribuição Social	213	108
Total	349	176

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2025	2024
Não Circulante		
Imposto de Renda diferido	199	151
Contribuição Social diferida	80	81
Total	279	232

c) Conciliação do Imposto de renda e Contribuição Social

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	66.422	66.422
ICMS ST	(7.514)	(7.514)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	4.713	7.069
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	2.573	2.573
Outras Receitas Financeiras	1.770	1.770
Base de Cálculo	9.056	11.412
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.358	1.027
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180)	882	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	2.240	1.027
Rendas de aplicações não resgatadas	190	190
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	47	18
Receita por competência diferida	45	45
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	4	5
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	1	-
Amortização Custo GSF Diferido	(607)	(607)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(49)	(73)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(12)	(7)
Corrente	2.240	1.027
Diferido	36	11

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	63.728	63.728
ICMS ST	(7.601)	(7.601)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	4.490	6.735
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.829	1.829
Outras Receitas Financeiras	1.183	1.183
Base de Cálculo	7.502	9.747
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.125	877
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180)	726	-
Renda de aplicações	1.744	1.744
Renda de aplicações resgatadas	1.829	1.829
Rendas de aplicações não resgatadas	(85)	(85)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(21)	(8)
Receita por competência diferida	(61)	(61)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(5)	(7)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	(1)	(1)
Amortização Custo GSF Diferido	(607)	(607)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(49)	(73)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(12)	(7)
Corrente	1.852	877
Diferido	(35)	(14)

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

Em conformidade ao ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia não possui valores relacionados à incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro reconhecidos em suas informações contábeis.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	265	-	-	-	(654)	(678)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	213	-	-	-	(25)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.745	431	-	-	(1.927)	(1.825)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.081	2.608	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$3.081. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes nota explicativa nº 13.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.066	671	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	11.443	1.504	-	-	207	17	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	567	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	90	73
Participação nos resultados	32	20
Previdência privada	3	3
Total	125	96

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias		12.148	12.148	12.757	12.757
Títulos e Valores Mobiliários		142	142	567	567
Depósitos Judiciais		539	539	547	547
		12.829	12.829	13.871	13.871
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	1.065	1.065	671	671
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	9.986	9.986	1.178	1.178
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.315	1.315	305	305
Debêntures	2	-	-	21	21
		12.366	12.366	2.175	2.175
		25.195	25.195	16.046	16.046
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(5.399)	(5.399)	(3.838)	(3.838)
		(5.399)	(5.399)	(3.838)	(3.838)

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo

de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	4.349	1.050	-	-	-	5.399
	4.349	1.050	-	-	-	5.399

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela UHE Rosal. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma .

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - MG - 121.569/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Rosal Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Relatório do Auditor Independente, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2026.

João Alan Haddad, Conselheiro Fiscal

Arthur José Fernandes Braz, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal